

DOURO PÚBLICO COM CARACTERÍSTICA DE PRAÇA, SITUADO NA RUA CURITIBA, NO BAIRRO PARAÍSO, ÂMBITO DA SUBPREFEITURA DE VILA MARIANA.

2) PL 789/2013 - Autor: Ver. NABIL BONDUKI (PT); Ver. NOEMI NONATO (PR); Ver. OTA (PSB); Ver. REIS (PT); Ver. ORLANDO SILVA (PC DO B); Ver. ARI FRIEDENBACH (PHS); Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL) - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL, NA AV. MATEO BEI Nº 2.303, SUBPREFEITURA DE SÃO MATEUS.

3) PL 37/2014 - Autor: Ver. DAVID SOARES (DEMOCRATAS) - DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO À ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL GRAÇA DE DEUS - PROGRAÇA, PELO PERÍODO DE VINTE ANOS, DA ÁREA MUNICIPAL LOCALIZADA ENTRE A AVENIDA CRUZEIRO DO SUL E RUA PORTO SEGURO - DISTRITO DE BOM RETIRO - SÃO PAULO.

4) PL 465/2014 - Autor: Ver. DAVID SOARES (DEMOCRATAS) - RESPONSABILIZA ALUNO POR ATOS DE VANDALISMO EM PATRIMÔNIO ESCOLAR E DESTRUIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR.

5) PL 333/2016 - Autor: Ver. ALFREDINHO (PT) - CRIA A CASA MUNICIPAL DE CULTURA DE CIDADE ADEMAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

6) PL 285/2017 - Autor: Ver. TONINHO PAIVA (PR) - INCLUI NO ARTIGO 3º DA LEI Nº 14.471/2007, LHA DA MADEIRA, EM PORTUGAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

7) PL 108/2016 - Autor: Ver. PAULO FIORILO (PT) - DENOMINA COMO GERALDO GENECEY DE OLIVEIRA, O ESPAÇO PÚBLICO INOMINADO, CIRCUNDADE PELAS RUAS ANGICO E MARIANO CORNEJO NO BAIRRO DO PARQUE DOS BANCÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

8) PL 530/2016 - Autor: Ver. TONINHO PAIVA (PR) - DENOMINA JOSÉ VIEGAS TEIXEIRA, O LOGRADOURO INOMINADO, DELIMITADO PELO ALINHAMENTO DE IMÓVEIS E PELAS VIAS DE CIRCULAÇÕES: AVENIDA DR. CUSTÓDIO DE LIMA, RUA ENGENHEIRO JOSÉ CRUZ DE OLIVEIRA E RUA SILVEIRA NÓBREGA, DISTRITO DE VILA JACUÍ, SÃO MIGUEL PAULISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

9) PL 50/2017 - Autor: Ver. ARSELINO TATTO (PT) - DENOMINA PRAÇA PAGODE DA MADRINHA, O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO SITUADO NA CONFLUÊNCIA DAS RUAS CLÁUDIO MONTEVERDE COM DR. JUVENAL HUDSON FERREI-

RA - JARDIM MIRNA, SUBPREFEITURA CAPELA DO SOCORRO, SÃO PAULO, SP.

10) PDL 15/2017 - Autor: MESA DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DAS HONRARIAS 'MEDALHA TIRADENTES' E 'DIPLOMA DE RECONHECIMENTO' AO DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DR. FABIO NELSON FERNANDES, À 2ª SARGENTO DA POLÍCIA MILITAR VERA LÚCIA ROCHA E AO GCM CLASSE ESPECIAL MARCOS ANTONIO PINTO DE MORAES, DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

11) PL 226/2017 - Autor: Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL); Ver. ISA PENNA (PSOL) - INSTITUI, NO CALENDÁRIO DE EVENTOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, O DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER.

12) PL 410/2017 - Autor: Ver. ZÉ TURIN (PHS) - ALTERA A LEI 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O DIA DO MIGRANTE, A SER REALIZADO ANUALMENTE NO DIA 19 DE JUNHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

13) PL 414/2017 - Autor: Ver. REIS (PT) - ALTERA A LEI Nº 144.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA ISNTITUIR, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, O "DIA DAS PESSOAS CENTENÁRIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO", A SER CELEBRADO ANUALMENTE NO DIA 10 DE OUTUBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

14) PL 441/2017 - Autor: Ver. JAIR TATTO (PT) - ALTERA A LEI Nº 14.485 DE 19 DE JULHO DE 2007 PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO A DATA COMEMORATIVA: DIA MUNICIPAL DO ENFRENTAMENTO DA PSICOFOBIA.

15) PL 452/2017 - Autor: Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL) - ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, DIA 21 DE JUNHO O "GO SKATEBOARDING DAY" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

Data: 06/12/2017

Horário: 13:00 h

Local: HOSPITAL MUNICIPAL DO SERVIDOR PÚBLICO

Os Vereadores membros da Comissão farão uma visita no Hospital Municipal do Servidor Público.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARER Nº 1759/2017 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 687/2017 (PROJETO DE LEI DO PLANO PLURIANUAL 2018-2021)

1 – INTRODUÇÃO:

O Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade de São Paulo, no cumprimento de suas prerrogativas, encaminhou à Câmara Municipal de São Paulo o projeto de lei que trata do Plano Plurianual para o quadriênio 2018 a 2021 – PPA 2018-2021. No âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, o referido projeto tomou a forma do PL nº 687/2017, do qual trata este parecer. Consoante o § 1º do art. 165 da Constituição Federal, o PPA deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital, e as que decorrerem delas, a para as despesas com programas de duração continuada. Enviada no prazo legal, a proposição foi imediatamente encaminhada a esta Comissão, com a distribuição de cópias digitais aos Senhores Vereadores e a publicação em suplemento do Diário Oficial. Foram realizadas, para melhor instrução da matéria, duas audiências públicas gerais, quatro regionais e nove audiências temáticas, perfazendo um total de 56 horas de discussão, com público presente de 2661 munícipes. Além das audiências públicas, a população pôde propor alterações do referido projeto por meio do sítio da Câmara Municipal de São Paulo. Como estabelece o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 335, parágrafo único, este Parecer deve apreciar o aspecto formal e o mérito do projeto.

II - ASPECTO FORMAL:

Atendendo aos ditames da legislação pertinente, o projeto apresenta, de forma consolidada, os programas da Administração Direta e a Indireta com as respectivas ações e metas.

Quanto ao aspecto formal, destarte, o projeto atende ao disposto no artigo 165, § 1º, da Constituição Federal e §§ 1º e 10 do art. 137 da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Pela constitucionalidade e legalidade.

III - ASPECTOS DE MÉRITO:

III.1 – A Receita:

O projeto enviado prevê receita total de aproximadamente R\$ 241,1 bilhões para os próximos quatro anos. O valor projetado para a arrecadação no quadriênio partiu de um cenário macroeconômico de expectativa de recuperação moderada da economia brasileira, no qual se espera um crescimento do Produto Interno Bruto - PIB de 2,20% para 2018 e 2,50% para os demais anos, do PIB do setor de serviços de 1,72% para 2018, 2,30% para 2019 e 2,50% para 2020 e 2021, SELIC média de 7,00% para 2018, e 8,00% para o período de 2019-2021 e uma taxa de inflação (IPCA/IBGE) de 4,12% para 2018, 4,25% para 2019 e 4,00% para 2020 e 2021. A tabela 1 apresenta os indicadores econômicos utilizados na elaboração do PPA 2018-2020. Os valores que constituem esse cenário basearam-se nos dados do Relatório Focus produzido pelo Banco Central (posição em 15/09/2017).

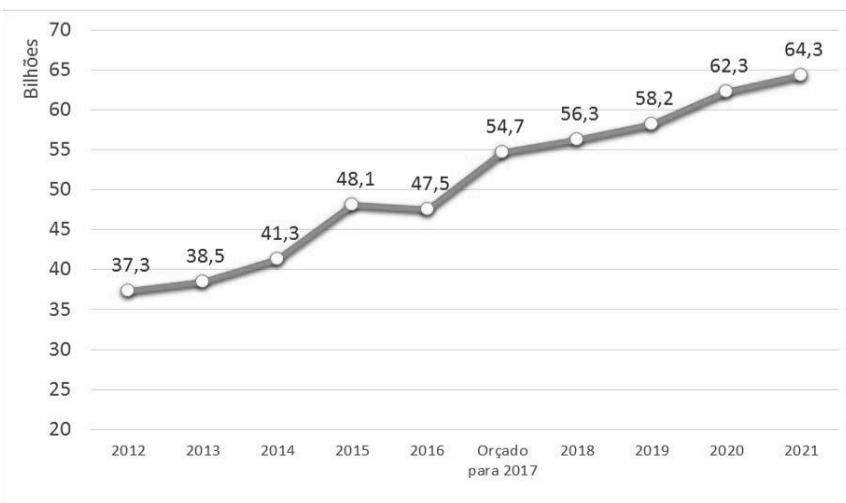
Tabela 1 – Variáveis Macroeconômicas

Variáveis Macroeconômicas	2018	2019	2020	2021
PIB TOTAL	2,20%	2,50%	2,50%	2,50%
PIB SERVIÇOS	1,72%	2,30%	2,50%	2,50%
SELIC FIM DE PERÍODO	7,00%	8,00%	8,00%	8,00%
SELIC MÉDIA	7,00%	8,00%	8,00%	8,00%
TLP MÉDIA (*)	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%
IPCA	4,12%	4,25%	4,00%	4,00%
IGP-DI - anual	4,50%	4,25%	4,00%	4,00%
INPC - anual	4,35%	4,13%	4,00%	4,00%
IPC FIPE	4,23%	4,00%	4,00%	4,00%
Cotação do dólar fim do período em R\$	3,30	3,40	3,45	3,50
Cotação média do dólar em R\$	3,26	3,35	3,42	3,45
Crescimento cadastro IPTU (**)	0,70%	0,70%	0,70%	0,70%
Inadimplência do IPTU (**)	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%
IPTU Pagamento à vista (**)	21,50%	21,50%	21,50%	21,50%
Desconto para IPTU à vista (**)	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento de veículos novos (Produção Industrial)	2,45%	2,50%	3,00%	3,00%
Crescimento da frota	2,61%	2,61%	2,61%	2,61%

Fonte: Banco Central FOCUS SÉRIES: POSIÇÃO EM 15/09/2017; (*) variáveis estimadas; (**) Estimativas baseadas em dados históricos

Espera-se que a receita do Município cresça em quatro anos, aproximadamente, 17,64% em comparação a receita orçada em 2017, saindo de R\$ 54,7 bilhões em 2017 para R\$ 64,3 bilhões em 2021 (gráfico 1).

Gráfico 1 – Receita Arrecadada (2012 – 2016) e Prevista (2017 e 2021)



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - Elaboração CTEO/CMSP

O quadro a seguir sintetiza as receitas para o quadriênio 2018-2021:

Tabela 2 – Receitas previstas no PPA 2018-2021 – em R\$ mil

ITEM	2018	% do total	2019	% do total
RECEITAS CORRENTES	49.976.929	88,8%	52.991.850	91,1%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	29.092.272	51,7%	31.072.835	53,4%
CONTRIBUIÇÕES	1.900.936	3,4%	2.006.869	3,4%
RECEITA PATRIMONIAL	1.086.691	1,9%	1.253.721	2,2%
RECEITAS DE SERVIÇOS	575.077	1,0%	603.340	1,0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.873.725	26,4%	15.722.241	27,0%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.448.228	4,4%	2.332.844	4,0%
RECEITAS DE CAPITAL	4.143.549	7,4%	2.947.700	5,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	481.608	0,9%	257.259	0,4%
ALIENAÇÃO DE BENS	1.159.969	2,1%	671.800	1,2%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	22.110	0,04%	21.340	0,04%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.245.070	2,2%	994.337	1,7%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.234.792	2,2%	1.002.964	1,7%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	2.100.086	3,7%	2.225.467	3,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	40.000	0,1%	30.000	0,1%
TOTAL	56.260.565	100,0%	58.195.017	100,0%

ITEM	2020	% do total	2021	% do total
RECEITAS CORRENTES	56.935.551	91,4%	59.692.965	92,8%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	33.328.096	53,5%	35.614.356	55,4%
CONTRIBUIÇÕES	2.124.084	3,4%	2.241.690	3,5%
RECEITA PATRIMONIAL	1.790.452	2,9%	1.061.295	1,6%
RECEITAS DE SERVIÇOS	632.774	1,0%	663.695	1,0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.737.874	26,9%	17.756.675	27,6%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.322.272	3,7%	2.355.254	3,7%
RECEITAS DE CAPITAL	2.964.413	4,8%	2.102.801	3,3%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	221.610	0,4%	73.160	0,1%
ALIENAÇÃO DE BENS	358.912	0,6%	10.541	0,02%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	21.290	0,03%	21.272	0,03%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.288.120	2,1%	956.105	1,5%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.074.480	1,7%	1.041.724	1,6%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	2.365.944	3,8%	2.506.148	3,9%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.000	0,1%	40.000	0,1%
TOTAL	62.300.908	100,0%	64.341.914	100,0%

ITEM	Total 2018-2021	% do total
RECEITAS CORRENTES	219.597.295	91,1%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	129.107.559	53,5%
CONTRIBUIÇÕES	8.273.579	3,4%
RECEITA PATRIMONIAL	5.192.159	2,2%
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.474.886	1,0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	65.090.515	27,0%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.458.598	3,9%
RECEITAS DE CAPITAL	12.158.463	5,0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.033.637	0,4%
ALIENAÇÃO DE BENS	2.201.222	0,91%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	86.012	0,04%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.483.632	1,9%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.353.960	1,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	9.197.645	3,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	0,0%
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	145.000	0,1%
TOTAL	241.098.404	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - Elaboração CTEO/CMSP

As receitas tributárias serão a principal fonte de receita municipal para o quadriênio, com participação de 53,5% na receita total. Elas são compostas pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, pelo Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, pelo Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos - ITBI-IV e por Taxas e Contribuições de Melhoria, assim como pelas receitas de Multas e Juros relativos aos tributos, a receita arrecadada via parcelamentos (Programa de Parcelamentos Incentivados - PPI, Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT) e receitas provenientes de débitos incluídos na dívida ativa tributária.

Por sua vez, as receitas de transferências apresentam participação de 28,9% nas receitas totais do município, sendo 27% de transferências correntes, que compreendem recursos de natureza constitucional, legal ou voluntária provenientes do Estado, da União, dos convênios com o Poder Público ou iniciativa privada, como o ICMS, IPVA, FUNDEB, FPM, IPI, entre outros, e 1,9% de transferências de capital, que correspondem aos convênios, em sua maioria relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e SABESP.

Na projeção das receitas, foram consideradas as receitas de concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização - PMD, disciplinadas pela lei nº 16.703/2017. O Plano Municipal de Desestatização tem o objetivo reduzir o custo de serviços considerados não essenciais e gerar receitas para investimentos com alto impacto social, redimensionando o tamanho do governo através de privatizações, concessões e parcerias público privadas (PPP). Foram mapeados 55 ativos ou serviços como alvos de desestatização, entre eles a venda da SPTuris, do Autódromo de Interlagos e a concessão de parques, cemitérios, mercados, Complexo Pacaembu, Sistemas de Bilhetagem, entre outros. Os recursos gerados pelo Plano Municipal de Desestatização serão direcionados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Social e só poderão ser destinados para investimentos nas áreas de saúde, educação, habitação, mobilidade, assistência social e segurança.

Com relação às receitas patrimoniais, as receitas de concessões que se pretende realizar dentro do Plano Municipal de Desestatização juntamente com as concessões já realizadas pela Prefeitura, somam R\$ 1,28 bilhões no quadriênio. As receitas de aplicações financeiras, parte mais expressiva das receitas patrimoniais, totalizam R\$ 2,89 bilhões. Ainda, há previsão de receita referente à Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal de R\$ 500,0 milhões em 2020.

No que se refere à alienação de bens, que compreende, entre outros, os recursos provenientes do Plano Municipal de Desestatização, do Plano de Desmobilização e Investimentos proposto pela Cohab-SP e Cessão de Direitos Creditórios - PPI, está previsto o ingresso de R\$ 2,20 bilhões no período de 2018-2021. Já as receitas de operações de crédito totalizam R\$ 1,03 bilhão.

III.2 – A Despesa:

O PPA é organizado por programas, entendido como conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo específico, visando à solução de um problema ou atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.

A Tabela 3 apresenta os 23 programas previstos no projeto original como prioritárias pela Municipalidade para os próximos quatro anos, constantes no Anexo II – Demonstrativos dos Programas e Ações da Administração Pública. Os programas estão, em termos de valor financeiro total para 2018-2021, em ordem decrescente.